

Da Eco-92 à Rio +20: uma breve avaliação de duas décadas

Leandro Dias de Oliveira

✉ leandrodias@ufrrj.br

Resumo

Em 2012, vinte anos após a realização da Eco-92, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20), que reuniu 193 delegações diplomáticas para discutirem, na cidade do Rio de Janeiro, o modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável. Este artigo, baseado em uma leitura geopolítica desses encontros, objetiva refletir sobre a construção desse receituário “incontestado” para a consecução de um equilíbrio sócio-ecológico planetário, cujo escopo é o ajuste da natureza aos interesses econômicos através de estratégias para a conservação das riquezas naturais situadas, em maior parte, no território dos países periféricos. Neste breve balanço, é possível perceber as incongruências, limites e potencialidades de sua implementação em diversas escalas e em diferentes realidades.

* * *

PALAVRAS-CHAVE: Rio-92 [Eco-92]; geopolítica; desenvolvimento sustentável; meio ambiente; Rio + 20.

Introdução

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, marcou uma importante etapa nas conferências internacionais. Dividida entre a Cúpula da Terra, realizada no Riocentro, e o Fórum Global, no Aterro do Flamengo, foi um momento culminante da trajetória de construção do *desenvolvimento sustentável*, através de uma coalizão geopolítica, mas também pelo fortalecimento da atuação de representantes da sociedade civil, com a efetiva participação das ONGs e dos movimentos sociais no Fórum Global. Durante a Rio-92, a cidade do Rio de Janeiro se tornou uma simulação espacial da ordem global, na medida em que se reproduziu na escala do lugar das tensões da Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável (OLIVEIRA, 2011a e 2011b). “Pensar globalmente, agir localmente”, um *slogan* comum nas políticas de implantação do desenvolvimento sustentável, pode ser aqui adequado ao modelo de estruturação de toda a conferência.

Mário Ruivo alertava, apenas um ano após a Conferência do Rio de Janeiro, que a mesma não deveria ser julgada pelos seus resultados imediatos, aparentemente débeis e aquém do desejado (RUIVO, 1993). Os seus resultados “aparentemente débeis” podem explicar o desapontamento de Maurice Strong no discurso final da conferência, e também o fato do “*day-after* à conferência das Nações Unidas” ter sido “marcado por um sentimento de frustração entre personagens diretamente envolvidos” (FERREIRA, 1995, p. 54). Teria sido a Conferência do Rio de Janeiro “uma oportunidade perdida” (BARRÈRE, 1993, p. 35)? Em nenhuma hipótese, a Rio-92 poderia ser considerada a parte final do processo, mas uma etapa de negociação internacional complexa, seja como evolução das decisões econômico-ambientais, seja como aprofundamento do controle da natureza nos territórios periféricos. Para Leila da Costa Ferreira, “a Eco 92, longe de ser a culminação de um processo, é apenas parte do começo” (FERREIRA, 1995, p. 57), e por isto, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, foi o corolário de uma geopolítica pautada no que podemos denominar de problemática ambiental contemporânea, que perpassou, entre outros momentos, a Conferência de Estocolmo, a criação da Comissão Brundtland e publicação do relatório “Nosso Futuro Comum”. Não se trata de um acontecimento relegado ao passado: na verdade, a Rio-92 permanece presente na *Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável*, e viva na multiplicação das Agendas 21 Locais em todo o mundo. Com a realização da Rio + 20, torna-se mister a realização de um balanço de vinte anos de uma conferência fundamental para a compreensão não somente da Ordem Ambiental

Contemporânea, mas também da própria ordem mundial da globalização.

A Conferência do Rio de Janeiro – 1992 e a “Geopolítica da Paz”

Yves Lacoste (1988) afirmou que a geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Afinal, a guerra é um profundo exercício de geografia, que envolve conhecimento detalhado de territórios e, conseqüentemente, a precisão cartográfica, não somente nas batalhas empreendidas, mas também no controle dos homens sobre os quais o aparelho de Estado exerce sua autoridade. A geografia serve também para fazer a *paz*, e esta também pode ser utilizada como estratégia de controle de territórios. Neste caso, é da mesma forma importante o conhecimento do território e sua leitura cartográfica precisa, além da força da ação do Estado através, particularmente, de artifícios diplomáticos.

Uma conferência nos moldes da Rio-92 é capaz de desencadear transformações espaciais e, por conseguinte, ser avaliada geopoliticamente. Para Martins (2002), “as Conferências das Nações Unidas e os seus documentos finais respectivos sempre refletem o equilíbrio de forças internacionais no momento em que foram realizadas”. Em um momento de compressão espaço-tempo (HARVEY, 2004), onde a aceleração é a tônica do movimento de ideias, pessoas, mercadorias, informações e capitais, o estudo do que é aparentemente efêmero adquire significativa importância para o entendimento da realidade.

Assim, com o fim da Guerra Fria, segundo Rivas (1994), acreditava-se que se liberariam os recursos destinados aos gastos militares para alocá-los em uma grande cooperação internacional para o desenvolvimento, a proteção do meio ambiente e a paz duradoura. Depois da Conferência do Rio de Janeiro, ficou perceptível que os recursos financeiros internacionais não seriam significativamente investidos nesta direção, e que não haveria inovação no processo de transferência tecnológica e tampouco se constituiria um marco institucional para tornar factíveis estes propósitos. Se o período marcado pelo fim da Guerra Fria, cuja lógica bipolar entre Estados Unidos e a antiga União Soviética se havia impregnado, foi paulatinamente substituído pela égide da globalização, impulsionada pela dinâmica de mercados, novas tecnologias e revolução das comunicações (LAREDO, 2001), isto não acarretou uma transformação profunda na ordem mundial de controle dos territórios periféricos e tampouco no *modus operandi* econômico do capitalismo mundial.

A confiança na capacidade de crescimento da economia mundial, graças às novas oportunidades de investimento, com a abertura dos mercados dos países do Leste Europeu, bem como o desenvolvimento do neoliberalismo em países de porte

médio, como Chile, Malásia e Cingapura (LAGO, 2007), aumentou o abismo entre ricos e pobres, e não consolidou a efêmera esperança de dias melhores. Exatos 500 anos após a primeira viagem de Colombo à América, que significou a criação de uma nova ordem mundial, a Rio-92 carregou consigo também o anúncio de uma nova ordem mundial (EIR, 2001), que não se mostraria necessariamente mais justa e equável socialmente.

A Rio-92 permite uma leitura profícua do que Foster e Clark (2006), inspirados em Crosby (2002), denominam “Imperialismo Ecológico” — uma “ambientalização da geopolítica”, nas palavras de Fonte e Rufí (2006) — que envolve desde o saque de recursos de certos países por outros até mesmo a descarga de dejetos ecológicos que amplia a fenda entre centro e periferia. A retomada do conflito Norte-Sul ficou flagrante na conferência, o que atestou a permanência dos Estados e a validade de se manter a soberania, justamente em um momento que se discutia o Estado-mínimo na perspectiva neoliberal-globalizacional. A “geopolítica da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável” está devidamente inserida no contexto da globalização econômica e no processo de naturalização da “mercantilização da natureza” (LEFF, 2001; 2002).

A questão ambiental não deve ser examinada como um desenvolvimento que se reduz a explorar recursos não-renováveis de maneira parcimoniosa, mas consiste em se tentar compreender a complexidade de um processo que impõe a ideologia do desenvolvimento sustentável efetivada durante a realização da Rio-92. Houve, sem dúvidas, um enriquecimento do debate sobre meio ambiente em diferentes esferas, como a governamental, não-governamental, empresarial, acadêmica e científica, porém não se alterou a forma de apropriação e de produção do espaço e não se efetivou, pelo menos até o momento, a utopia da sociedade sustentável.

A problemática ambiental contemporânea extravasa completamente a questão dos recursos não-renováveis. Se Cleveland e Ruth (1997), que citam Georgescu-Roegen e sua análise sobre as tecnologias “prometéticas” (algo como libertadoras), comparam a invenção do motor à combustão com a descoberta do fogo, ressaltando a significação econômica e ambiental do amplo excedente de energia proporcionado pelas tecnologias de combustíveis fósseis, ficou patente durante a Conferência do Rio de Janeiro, o grande abismo técnico entre centro e periferia — um verdadeiro “apartheid tecnológico” (BECKER, 1992) —, que implicou em embates profundos da soberania territorial sobre as riquezas naturais, uma vez que o domínio intelectual pelos países centrais sob a forma de patentes já se mostrava deveras profícuo. As tecnologias “prometéticas” de hoje estão sendo elaboradas nas comunidades tradicionais da Amazônia, por pessoas simples que

não possuem condições de registrá-las em cartórios ou transformá-las em estudos acadêmicos, mas estão gerando imensos lucros para aqueles que detêm o aparato jurídico-acadêmico de apropriação indevida de saberes. Posey (1997) e Varella (1998) citam a ação de empresas como *Shaman Pharmaceuticals* e *The Body Shop* na apropriação de saberes tradicionais, e apontam a economia de até 40 % de custos com pesquisas e desenvolvimento através da atuação dos garimpeiros da biodiversidade, que não estão apenas à procura de genes, mas também à procura da informação existente nas comunidades indígenas e locais. Concordamos com Porto-Gonçalves (2008) quando este afirma que a usurpação de riquezas naturais nos países periféricos não se trata de pirataria (ou somente biopirataria), mas sim de etnobiopirataria, o que implica afirmar que a defesa contra esse roubo deva ser a defesa, ao mesmo tempo, desses povos e não simplesmente da floresta. Se estivermos vivendo uma nova “descoberta do fogo”, ela não está sendo elaborada em grandes centros acadêmicos e laboratórios avançados, mas no âmago da floresta, fruto da interação orgânico-metabólica entre homem e natureza.

O legado da Eco-92 na realidade brasileira: avanços e contradições

De fato, a concepção de desenvolvimento sustentável se consolidou, após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento — 1992, como um importante mecanismo de ação de diversos sujeitos sociais, dos Estados em suas múltiplas escalas às empresas de diferentes portes, dos ativistas sociais envolvidos em ONGs, associações de moradores e sindicatos aos programas de pós-graduação de universidades, da educação ambiental nas escolas, em diferentes segmentos de ensino, aos cadernos especializados da grande mídia. O desenvolvimento sustentável, como ideologia e como prática seletiva — uma vez que se extrai da Agenda 21 o que mais diretamente interessar, ou seja, o que gerar maiores lucros ou simplesmente melhor propaganda —, avançou a passos largos no Brasil e no mundo.

O grande avanço da implementação do desenvolvimento sustentável pelo Brasil nos anos seguintes à conferência “parece ter sido a incorporação, pelo poder público local em vários municípios e estados da federação, de novos conceitos de desenvolvimento” (CORDANI *et al.*, 1997), neste caso, da concepção de desenvolvimento sustentável. Cordani *et al.* (1997) ainda destacam: [1] a incorporação da conservação da natureza pelo vocabulário dos governos, empresas, universidades, associações civis, e o próprio sucesso do ISO 14.000; [2] a implantação do CPTEC (Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos), que através da grande capacidade computacional permitiu ao Brasil qualidade na observação e modelagem de aspectos do tempo e do clima; [3] o surgimento de

iniciativas estaduais como o PROCLIMA (Programa Estadual de Mudanças Climáticas), que através da parceria da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo com universidades, setores industriais, entre outros, permitiu a realização de cursos, seminários, palestras e publicações; e por fim, [4] a criação do ANAMMA — Associação Nacional de Órgãos Municipais em Meio Ambiente, que implicava em adoção de políticas públicas no âmbito do município. O Brasil se consolida paulatinamente como um pioneiro na adoção do desenvolvimento sustentável; contudo, a incorporação de termos ambientalmente corretos e a criação de órgãos como os supracitados não tem alterado a dinâmica da produção em geral.

Fernando Collor de Mello tencionou que na escolha do Brasil pela Assembleia Geral da ONU para sediar a CNUMAD-92, efetuada poucos dias após sua eleição, configurava uma oportunidade de projeção pessoal. Em seu discurso de posse, em 15 de março de 1990, Collor construiu para si uma história ambientalista — à revelia de seu histórico na política, cujo espectro do ambientalismo era limitado — prometendo liberar o mercado em todas as áreas, exceto no referente à proteção ambiental (VIOLA, 1996). Segundo Viola, o fervilhar de ideias e práticas que construiu a “Geração-92” do ambientalismo brasileiro declinou significativamente, nos três anos seguintes à realização da CNUMAD, entre outros motivos, pela diminuição do impacto da problemática ambiental na opinião pública e impasses entre lideranças dos próprios movimentos e ONGs. Além disso, Collor esteve envolvido em esquemas de corrupção e acabou não dando continuidade ao seu projeto político à frente da Presidência da República.

O governo de Itamar Franco, pela conjuntura político-econômica pós-*impeachment* de Fernando Collor de Mello, trilhou o caminho da estabilidade financeira e equilíbrio fiscal (BORN, 2004), dando prosseguimento ao padrão neoliberal privatista e estrangulador dos direitos dos trabalhadores, adequando a este modelo seletivamente às proposições do desenvolvimento sustentável. Born (2004) elucida que no governo de Itamar Franco foi criada, em junho de 1994, a CIDES — Comissão Interministerial para o Desenvolvimento Sustentável —, que jamais foi de fato instalada, mesmo com os esforços do MMA (Ministério do Meio Ambiente). O CIDES acabou sendo substituído em 1997 pela CPDS — Comissão de Política de Desenvolvimento Sustentável — e Agenda 21 Brasileira. Esta última comissão apresentou, após longos debates com participação de especialistas e de segmentos da sociedade civil, em meados do ano 2000 — portanto, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso —, as intenções de implementação do desenvolvimento sustentável, em um documento intitulado *Agenda 21 Brasileira*:

Bases para Discussão, com a perspectiva de refletir, em âmbito nacional, proposições adequadas ao documento assinado na Rio-92.

Camargo, Capobianco e Oliveira (2004, p. 29) lembram que entre 1992 e 2002, “imperou uma estratégia de governo fundamentada na inserção do Brasil na economia mundial, um processo acelerado de globalização”, que implicava “através da quebra de barreiras comerciais e da circulação de capitais, privatizações e abertura da economia para o capital externo”. Durante este período ocorreram avanços no sentido de criar “mecanismos de gerenciamento sustentável da biodiversidade no Brasil”, ainda que o crescimento do número de unidades de conservação não tenha sido acompanhado pelo incremento da capacidade de implantação, gestão e fiscalização dessas, sendo possível verificar uma diminuição da capacidade operativa dos órgãos públicos, no que se refere aos recursos humanos e financeiros. Em 1998, por exemplo, o Banco Mundial e o WWF formaram uma parceria a Aliança para a Conservação e Uso Sustentável das Florestas (*Alliance for Forest Conservation and Sustainable Use* ou apenas *Forest Alliance*), a qual Fernando Henrique Cardoso, em 1998, aderiu para concretizar o projeto intitulado ARPA (*Amazon Region Protected Areas* — Áreas Protegidas da Região Amazônica), tendo a primeira fase aprovada em 2000 pelo GEF e com o objetivo de criação de novas unidades de conservação na Amazônia Legal (LINO *et al.*, 2005).

Camargo, Capobianco e Oliveira (2004, p. 32) lembram que, ao mesmo tempo, “a Floresta Amazônica apresentou um incremento médio anual de desmatamento da ordem de 57% após a Rio-92, quando foi atingido o menor índice de desmatamento da região”, o que significa que “foram desmatados, entre os anos de 1992 e 2000, 156.893 km² de florestas, equivalente ao estado do Acre”. Da mesma maneira o cerrado continua ameaçado pela expansão da agricultura de grãos para exportação, sendo o período pós-Rio-92 fortemente marcado pela conversão de extensas áreas nativas do bioma em plantios de soja. Somente no período de 1997 a 2000, segundo estes autores, a produção desta leguminosa no estado de Rondônia saltou de 4,5 mil toneladas para 45 mil toneladas, um crescimento de 900%. A Mata Atlântica, entre 1990 e 1995, manteve o ritmo veloz de desmatamento verificado no quinquênio anterior, com a perda de 500 mil hectares, equivalente a uma redução de 5,7 % da cobertura florestal. O Rio de Janeiro, cidade-sede da conferência das Nações Unidas, foi o mais afetado com uma perda floresta da ordem de 13%. De acordo com os mesmo autores, segundo dados do Programa de Monitoramento Orbital de Queimadas da EMBRAPA Monitoramento por Satélite, a partir do ano de 1993, quando ocorreu uma queda

significativa na quantidade de queimadas no país, o número total de focos se manteve numa média anual acima de 110 mil, no período de 1994 a 2001. Desta forma, segundo o IBAMA e INPE, ocorreu um crescimento de aproximadamente 40% das queimadas em território nacional, entre os anos 2000 e 2001, quando passaram de 104 mil para 145 mil. Segundo o estudo de Camargo, Capobianco e Oliveira (2004), a construção do desenvolvimento sustentável ainda apresentava grandes desafios, dez anos após a conferência.

Se no período supracitado, muitas empresas haviam buscado certificação ISO 14.000 e a adoção dos princípios da sustentabilidade em suas estruturas produtivas, outras dificuldades emergiram: [1] apenas 33,5% das residências brasileiras possuíam rede de esgotos (sendo que destes, 64,7% não sofrem nenhum tratamento); [2] os lixões significavam o destino final dos resíduos sólidos de 68,5% dos municípios com menos de 20 mil habitantes, ou seja, cerca de 73% do total dos municípios brasileiros; [3] o crescimento acelerado das cidades produziu um déficit de moradias que atinge cerca de 20 milhões de pessoas, além da permissividade de ocupação em áreas de riscos e de proteção ambiental; e [4] no que se refere à energia, o racionamento energético (o “Apagão”, entre 2001 e 2002, ainda sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso) e a escassez de investimentos colocam em risco a matriz energética brasileira, caracterizada, de maneira geral, como “limpa” (CAMARGO *et al.*, 2004).

Parece haver uma contradição quando os dados apontam as graves mazelas ambientais no Brasil, enquanto o mesmo busca a efetivação do desenvolvimento sustentável. Mas não há contradição ou paradoxo: o desenvolvimento sustentável, quando aplicado como política exclusivamente econômica, significa manutenção e não transformação. O desenvolvimento sustentável mantém a exploração capitalista da natureza, aplicando-lhe uma indumentária verde chamada “uso racional” que implica em utilização mais criteriosa e que demande maiores lucros, e também mantém a exploração Norte-Sul, com a obliteração das riquezas naturais dos países periféricos pelo Norte desenvolvido. O processo de criação e implantação de uma Agenda 21 é geralmente seletivo, modernizante e excludente, e escamoteia através da realização de fóruns de congregação de ideias que servem para forjar consensos sua forma autoritária de impor medidas políticas, ações territoriais e mecanismos de reestruturação econômica, produtiva e urbana. Esta seletividade de quais proposições será adotada, junto à possibilidade de criação e recriação de experiências nacionais, regionais, municipais, distritais e microlocais, é o que permite o grande poder de persuasão da Agenda 21 como mecanismo dominante de ordenamento territorial.

A efetivação da Agenda 21: a bula da construção do Desenvolvimento Sustentável

A Agenda 21 da Rio-92 configurou-se, segundo Born (2004, p. 87), como uma “soft law”, isto é, “um acordo que não cria vínculos legais que tornam sua implementação mandatória para os atores (países) que a assinaram”. A Agenda 21 consta como sendo implantada pelas mais importantes economias do mundo, e sua abrangência atinge os diferentes continentes do planeta¹. Afinal, como implementar uma agenda que tem apenas noções gerais? É possível apontar que o local passa a ser predominante nos documentos nacionais, mesmo a Agenda 21 tratando de questões tidas como globais. Apropria-se da Agenda 21 o que se julgar conveniente e cria-se desta implantação seletiva uma propaganda de construção do desenvolvimento sustentável.

De fato, logo após a Rio-92 foram fundados inúmeros processos de implantação de Agendas 21 pelo mundo (como o caso da Agenda 21, iniciada em 1993, do distrito de Köpenick, em Berlim, Alemanha, caracterizado pela indústria em grande escala)². Viola (1996, p. 35), por exemplo, destaca a construção da Agenda 21 Nacional da China, “cujo regime autoritário mobilizou de cima uma parte importante da sociedade para incorporar no planejamento componentes correspondentes ao documento do Rio”. É possível destacar também a promoção de experiências de Agenda 21 Local em Portugal, inseridas na *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável*, onde atualmente cerca de 118 municípios e 21 freguesias estão desenvolvendo processos de Agenda 21 Local em vários casos associados regionalmente³.

Quatro anos após a realização da conferência, oito cidades brasileiras já haviam iniciado a implantação de pressupostos da Agenda 21 Local, por vezes denominada de processo DLIS (Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável): São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Porto Alegre, Vitória e Santos (RABELO, 2003). Já em 2002, segundo informações as iniciativas de Agendas 21 Locais totalizavam 225 experiências entre as municipais, estaduais e

1 Segundo a Organização das Nações Unidas, os seguintes países adotaram a Agenda 21: Moçambique, Bélgica, Alemanha, Polônia, Bulgária, Gana, Romênia, Camboja, Guatemala, Senegal, Canadá, Hungria, África do Sul, Chile, Islândia, Espanha, Colômbia, Israel, Suécia, Costa Rica, Japão, Suíça, Croácia, Cazaquistão, Tanzânia, República Checa, Coreia, República do Togo, Estônia, Mali, Turquia, Etiópia, Ilhas Maurício, Reino Unido, União Europeia, México e Estados Unidos, além do próprio Brasil. Evidentemente, este número deve ser muito maior, levando-se em conta a dinâmica cotidiana das políticas públicas e, por conseguinte, rápida defasagem de informações desta natureza, e ainda os possíveis processos não informados e catalogados. Disponível em: http://www.un.org/esa/dsd/dsd_aofw_ni/ni_index.shtml?utm_source=OldRedirect&utm_medium=redirect&utm_content=dsd&utm_campaign=OldRedirect

2 Ver: <http://www.agenda21local.com.br/nap3h.htm>

3 Cf.: <http://www.agenda21local.info>

regionais. Entretanto, recentemente, foi realizada uma atualização desses números pela Coordenação da Agenda 21, que deflagrou, até então, 544 iniciativas, o que significa mais do que o dobro do número catalogado até 2002 e 68 vezes mais que no ano de 1996. Esse número inclui os 64 projetos aprovados pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), em 2003, que estão em processo de assinatura de convênio para sua implementação⁴. Não é possível mensurar em que medida não são muito mais apenas ações relacionadas a políticas públicas na esfera local do que a inserção de parâmetros genéricos da Agenda 21.

Especificamente no estado do Rio de Janeiro, sede da Eco-92 e, evidentemente, da Rio + 20, praticamente todos os municípios possuem Fóruns de Agenda 21 (ainda que embrionários), além da Agenda 21 Estadual e de propostas regionais, como a Agenda 21 do COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, em processo de implementação no eixo Itaboraí-São Gonçalo), que reúne os municípios de Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Nova Friburgo, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São Gonçalo, Saquarema, Silva Jardim, Tanguá e Teresópolis⁵. Interessante notar que junto ao desenvolvimento pautado na insustentável “sociedade do petróleo” emerge um conjunto de ações pontuais que não alteram o modo de se apropriar da natureza. Em ocasião anterior, foi possível investigar o caso da construção da Agenda 21 Local da cidade de Volta Redonda, que aglutinou a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), a Prefeitura Municipal e a sociedade civil, envolvendo o sindicato de metalúrgicos, associações de moradores, universidades e participantes diversos, e constatamos que mais do que alterar o modo de produzir tratava-se de um *simulacro* de mudanças (OLIVEIRA, 2006).

Da mesma maneira, por exemplo, a politização da degradação ambiental do município de Cubatão, no litoral do estado de São Paulo, se tornou uma experiência emblemática no país (FERREIRA, 1996). A Rio-92 outorgou o Selo Verde a Cubatão e escolheu a cidade como símbolo da ecologia e exemplo mundial de recuperação ambiental. Após esta certificação, em menos de 10 anos, os índices das fontes poluidoras foram reduzidos em 93%, e a expectativa era que o controle chegasse a 100% até o ano 2008. Atualmente, são controladas também as fontes poluidoras

4 As informações aqui relacionadas, bem como o catálogo de Agendas 21 locais, encontram-se listadas no Apoio do FNMA às Agendas 21 Locais (Página eletrônica do Ministério do Meio Ambiente-MMA/Brasil. Disponível [online] em <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?id=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=1082>>. Vale ressaltar que estas experiências de Agenda 21 se referem às cadastradas no Ministério do Meio Ambiente e contempladas com editais de investimentos. Há evidentemente experiências de Agenda 21 em processo de implementação e outras ainda não contabilizadas, implementadas em bairros, bacias hidrográficas ou regiões administrativas, o que multiplicaria este número de experiências.

5 Cf.: <http://www.agenda21comperj.com.br>

secundárias, assim como um plano de reflorestamento das encostas foi desenvolvido, junto com a despoluição dos mananciais. Está em curso um processo de reflorestamento das áreas afetadas pela erosão causada pela chuva ácida na Serra do Mar, assim como “os peixes voltaram a viver no rio Cubatão e até o guará-vermelho, uma ave ameaçada de extinção, voltou a habitar os manguezais e a procriar”⁶.

É notável que Volta Redonda e Cubatão, ambas as cidades símbolos do desenvolvimentismo, da industrialização e do progresso, transformadas em áreas de segurança nacional durante o período da ditadura militar brasileira, também sejam exemplos do modelo de recuperação ambiental, na correção de mecanismos industriais altamente poluidores. De maneira alguma é possível se surpreender com o fato de que cidades nascidas para representar modernidade e desenvolvimento, implicando em um concreto progresso das forças produtivas, tenham conhecido tão profundamente os anátemas da crise dita ambiental.

Assim, o processo de construção da Agenda 21 brasileira teve início em 1996 e foi concluído em 2002, contando com a contribuição de quase 40.000 pessoas (SILVA, 2009). Sua implementação coincidiu com o início da presidência de Luís Inácio Lula da Silva (BORN, 2004), que assinou decreto presidencial, no âmbito da Câmara de Políticas dos Recursos Naturais do Conselho de Governo, a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS), que juntamente com a Agenda 21 Brasileira, deve acompanhar a implantação do Desenvolvimento Sustentável em escala nacional. Ainda que Silva (2009) acredite que o Governo Lula não se pautou pelo princípio jurídico-ambiental do desenvolvimento sustentável, não há dúvidas que o mesmo faz parte do receituário político de sua administração. Desde candidato, Lula já apresentava em seu programa a necessidade de promover “o assentamento de alicerces de um Brasil sustentável, mais justo e ambientalmente equilibrado” (apud SILVA, 2009, p. 151). Marina Silva, indicada como Ministra do Meio Ambiente, ao tomar posse, apresentou como diretriz “número um” de sua gestão a construção do desenvolvimento sustentável. Isto mostra que o modelo de desenvolvimento sustentável, com sua definição vaga e imprecisa, possui maleabilidade econômica, sendo adaptável com modelos de livre-mercado ou de maior planejamento / intervenção governamental.

Segundo os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, do IBGE: [1] o Brasil está entre os dez maiores emissores de gases de efeito estufa para a

6 Revista Cidades do Brasil. Disponível em: <http://www.cidadesdobrasil.com.br/cgi-cn/news.cgi?cl=099105100097100101098114&arecod=19&newcod=674>.

atmosfera, devido, principalmente, à destruição da vegetação natural, com destaque para o desmatamento da Amazônia e as queimadas no Cerrado; [2] a área desflorestada se aproxima dos 20% da área da floresta original da Amazônia; [3] a falta de saneamento básico continua um problema socioambiental gravíssimo, ocasionando também índices alarmantes de contaminação de rios por efluentes domésticos e industriais; e [4] o número de espécies brasileiras ameaçadas de extinção vem crescendo, o que demonstra a destruição de áreas naturais. Tudo isto coloca em xeque a ideia de Agendas 21 Locais como possibilidade de se atingir um modelo sustentável de desenvolvimento⁷.

Segundo a mesma obra, em compensação, no Brasil; [1] o sistema de criação de Unidades de Conservação, seja em âmbito federal (SNUC), estadual e municipal (há sobreposições) tem sido expandido em um grande esforço de criação de áreas protegidas; [2] está ocorrendo, principalmente nos últimos anos, o aumento do número de municípios com coleta de lixo domiciliar, esgotamento sanitário, acesso a sistema de abastecimento de água, e também ocorreu a diminuição dos índices de infecção por doenças relacionadas ao saneamento ambiental (hepatite, dengue, febre amarela, malária etc.), principalmente pelos ganhos sociais das últimas administrações nacionais, mas ainda permanecem graves diferenças regionais — em processo de diminuição — com um abismo entre os números da Região Nordeste e Sudeste; [3] ocorreu uma melhoria nos índices de educação e moradia, além da aceleração no consumo *per capita* de energia, acesso aos serviços de telefonia (móvel e fixa) e acesso à internet, ainda que com aumento do grau de endividamento do cidadão comum; e ainda [4] está acontecendo um avanço na demarcação e regularização de terras indígenas em território nacional. Estas informações que constam na obra *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável* não indicam a implantação de pressupostos da Agenda 21, mas uma mudança da macro-política governamental do Brasil. Por fim, podemos acrescentar que o fato do Brasil ser considerado um pioneiro no campo dos biocombustíveis (CAVALCANTI, 1997) não implica em uma ação socioambiental, já que as produções de cana-de-açúcar estão consolidadas através manutenção de um modelo que esgota o solo por meio da monocultura. Os retrocessos e avanços aqui relacionados pertencem à “dualidade do desenvolvimento”, onde o atraso e a pobreza, conforme nos ensina Francisco de Oliveira (2003), são reflexos do próprio processo de desenvolvimento e modernização.

7 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL — BRASIL 2010. IBGE (Fundação Instituto Brasileira de Geografia e Estatística) / Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais [e] Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Assim, a Conferência do Rio de Janeiro se tornou uma referência no processo de gestão ambiental e a Agenda 21 se consolidou como o documento primaz. Os investimentos identificados como necessários para a implantação da Agenda 21, estimados pelo Secretariado da Conferência em cerca US\$ 600 bilhões anuais entre 1993 e 2000, não se materializaram (ELLIOTT, 2006). Ainda que Rattner (2002) aponte que os esforços despendidos entre 1992 e 2002, quando ocorreu a Cúpula de Joanesburgo, para a efetivação de avanços reais no cumprimento das metas da Agenda 21 não tenham sido animadoras, a mesma se consolidou globalmente como modelo para a construção do desenvolvimento sustentável de forma multiescalar, reafirmando sua condição de ideologia.

Uma reflexão necessária: pensando a Rio-92 vinte anos depois

Alves (2001, p. 67) aponta que “a Rio-92 estabeleceu o modelo para as demais conferências sobre temas globais no formato, nos documentos finais e na forma de abordagem dos assuntos”. No formato, por envolver a sociedade civil em eventos paralelos; nos documentos finais, por adotar texto declaratório curto e de fácil leitura; e na forma de abordagem, por integrar temáticas, configurando uma espécie de sistema, em que as decisões de cada conferência afetariam as demais⁸. A Rio-92 se tornou tão importante que suas congêneres quinquenais receberam epítetos de “Rio +5” (realizada entre 13 e 19 de março de 1997, também na cidade do Rio de Janeiro)⁹, “Rio +10” (*Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável*) que ocorreu entre os dias 26 de agosto e 4 de setembro de 2002, em Johannesburgo, África do Sul) e “Rio +20”¹⁰, entre 13 e 22 de junho de 2012, novamente na cidade do Rio de Janeiro. O desenvolvimento sustentável, segundo Ribeiro (1992), se tornou o núcleo duro da reforma utopista ambiental, o que gerou a proliferação de termos multiplicadores da concepção de desenvolvimento sustentável, como crescimento sustentável, cidades sustentáveis e culturas sustentáveis (BAKER, 2006).

Mas, finalmente, sugere-se como corolário da crise ecológica o aumento da

8 Entre as conferências influenciadas pela Rio-92, segundo Alves (2001), podemos destacar: a Conferência de Viena sobre Direitos Humanos, em 1993; a Conferência do Cairo sobre População e Desenvolvimento, em 1994; a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social, em Copenhague, no ano de 1995; a Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, também em 1995; e a Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, ou Habitat-II, em Istambul, no ano de 1996. Elas formam o chamado Ciclo Social de Conferências da ONU.

9 Rio+5, promovida pelo Conselho da Terra, foi a 5.^a Reunião Internacional da Comissão de Desenvolvimento Sustentável e Sessão Especial da Assembleia da ONU, em abril e junho de 1997.

10 Também ocorreu uma “Rio + 15”: tratou-se de uma reunião de pequeno porte e sem a chancela da ONU, realizada nos dias 19 e 20 de setembro de 2007, no Copacabana Palace — Rio de Janeiro, reunindo 100 representantes dos setores empresarial, político, acadêmico e de outras organizações.

desigualdade ambiental e, conseqüentemente, o aumento do conflito ambiental (SABBATELLA, 2010). A crise “é uma combinação de risco e de oportunidade”, nos ensina Rodrigues (1993, pp. 6-7), que ainda faz uma alerta: “a produção material da vida tem como paradoxo a destruição de algumas das pré-condições para esta mesma produção”, pois “o ciclo de vida de uma mercadoria é muito maior para a ecologia que para a economia” (PENNA, 2002). A crise ambiental, acima de tudo, se tornou uma oportunidade de obtenção de maiores lucros com a problemática ambiental contemporânea, ainda que David Harvey (2006) alerte para que “atitudes presunçosas de domínios prometéticos contrastam com as de humildade diante das titânicas e prodigiosas forças da natureza”. Se os problemas ambientais atuais apresentam riscos para a sobrevivência da humanidade, não é a combinação entre “desenvolvimento sustentável” e “economia verde” que evitará isso.

Entretanto, afinal, qual o modelo de sociedade alternativa à proposta do desenvolvimento sustentável? Qual o modelo de desenvolvimento poderá incluir inclusive as camadas de trabalhadores de baixos salários? Tentando responder a estas indagações, Goulet (1997, p. 78) indica um desenvolvimento autêntico, “como aquele em que uma sociedade fornece um nível ótimo de sustentação de vida, de estima e liberdade para todos os membros”; Norgaard (1997) fala em “escolhas morais” no que tange os direitos das gerações presentes versus os das futuras; Barkin (1999) alude a um “desenvolvimento popular sustentável”; Aquino e Calderón (2011) argumentam em prol de um “desenvolvimento socialmente necessário e suficiente” (DSNS); por fim, talvez seja necessário caminhar do “desenvolvimento sustentável” à “sociedade sustentável” (SCOTTO, CARVALHO, GUIMARÃES, 2007), algo próximo ao utopismo praticado no Fórum Global, através de seus debates durante a realização da Rio-92.

Em verdade, primeiramente é importante compreender que “a natureza é uma parte da história, um objeto da história”, e conseqüentemente, a “libertação da natureza” não pode significar “o retorno a um estágio pré-tecnológico, mas um avanço no uso das realizações da civilização tecnológica para libertar o homem e a natureza do abuso destrutivo da ciência e tecnologia a serviço da exploração” (MARCUSE, 1973, p. 64). Há uma complexidade profunda no enfrentamento entre a velocidade e magnitude das transformações atuais, contra os tempos lentos de resposta dos sistemas naturais (GUIMARÃES, 2003), o que cria um profundo descompasso técnico entre o “tempo da natureza” e os “tempo do homem”. “A problemática ambiental contemporânea permite uma redescoberta do espaço” (RODRIGUES, 1994), na construção de alternativas através do entendimento da produção e reprodução do espaço geográfico.

Para realizar tal empreendimento, é necessário aperfeiçoar a crítica aos pressupostos do viés estritamente econômico do desenvolvimento sustentável, e pensar na melhoria da articulação das questões que envolvem a utilização da natureza, o papel dos trabalhadores e das comunidades tradicionais. Criar novos “espaços de esperança” — espaços onde construir a utopia seja a tônica de transformação — em lugar das simples discussões diplomáticas onde predominam intransigências e subserviência aos motores da geração de lucro internacional.

É também uma exigência pensar os mecanismos de financiamento ambiental para além das estruturas do Banco Mundial e suas instâncias organizativas, de maneira que os meios de implantação devam perpassar pela construção de verdadeiras redes de solidariedade social. Assim, há que se percorrer o caminho inverso das corporações multinacionais, e também das ONGs multinacionais, com feições empresariais e proposições midiáticas que por vezes atrapalham o debate na escala do lugar. Assim, é necessário que o “não-governamental” se transforme em uma alternativa ao Estado-Nação, e não em uma forma neoliberal adequada a perfazer os mesmos ditames do mercado em prol de suas intenções.

Por fim, é fundamental que a geração futura seja fruto de uma geração que soube construir melhor o seu presente. Há no termo necessidade uma delicadeza que não possui sinônimo: captar esta delicadeza é o grande desafio de analisar criticamente a complexidade do mundo atual. Enquanto ainda existir em qualquer continente, país, região ou cidade alguém que não tenha condições de satisfazer suas necessidades mais emergenciais — alimentação, moradia, vestuário, educação, saúde — é porque ainda existe uma dívida com a geração presente a ser devidamente quitada. Este é, sem dúvida, o nosso mais importante e inexorável desafio.

Prólogo: Rio +20 — decepção ou confirmação das desconfianças?

Ao contrário da ideia de decepção e fracasso alardeada após o final da Rio +20, é possível afirmar que esta conferência apenas confirmou algumas desconfianças que emergiram neste intermezzo de duas últimas décadas que a separam da Eco-92: [1] O desenvolvimento sustentável não se refere a uma ruptura do modelo hegemônico de produção de mercadorias, mas trata-se não mais que um ajuste ecológico da máquina econômica capitalista; logo, a adoção da “Economia Verde” revela definitivamente a conciliação economia — ecologia sob os auspícios da ONU; [2] Houve uma saturação da questão ambiental, tratada geralmente de maneira catastrofista, na grande mídia, o que se tornou ainda mais evidente com a cobertura em “tempo real” da Rio + 20, através de estúdios ambientados nos

espaços de debates e eventos, tanto na Cúpula das Delegações quanto na Cúpula dos Povos; [3] Consolidou-se uma desconfiança prévia destes mega-encontros diplomáticos, seja pela mera descrença sobre a política (e sobre os políticos), seja pela certeza da incapacidade de eventos deste porte de resolver os problemas mais cadentes da humanidade; [4] Algumas medidas de cunho econômico-ambiental há muito tempo discutidas não serão implementadas em curto prazo se dependerem de acordos firmados nestas grandes conferências. Como exemplo, novamente a constituição de um Fundo Verde não logrou sucesso, sendo mantido o *Global Environmental Facility* (GEF), inserido no Banco Mundial e sujeito à lógica das instituições de Bretton Woods; [5] A aceitação inequívoca e universal dos princípios do desenvolvimento sustentável pelas maiores empresas do mundo não significou mudanças estruturais, mas sim a vulgarização de experiências de obtenção de lucros a partir de inventos tecnológicos anti-contaminantes. Em um verdadeiro *show-room* empresarial, todos os países participantes apresentaram pavilhões com *stands* contendo as mais diferentes possibilidades de adoção de princípios de sustentabilidade pelos seus governos em suas múltiplas esferas (do governo citadino à esfera federal) e das maiores empresas do mundo; e [6] por fim, as ONGs e movimentos sociais de cunho ambientalista não consolidaram discursos alternativos à sustentabilidade, e se dividem entre aquelas que estão cooptadas pelo discurso hegemônico e adotam práticas empresariais e outras que praticam um radicalismo discursivo ingênuo e pouco efetivo.

Assim, a Rio + 20 não conseguiu romper com a estética da festa (OLIVEIRA, 2011a), e se “a história se repete como farsa” (MARX; ENGELS, 2001), a Cúpula dos Povos se mostrou uma caricatura da Eco-92, com o sentimento de perda de capacidade de transformação. O fato das ONGs se consolidarem como importantes atores aceitos em termos gerais pelo regime internacional (ALTVATER, 1999) não impediu uma ação mais incisiva das mesmas. A Cúpula dos Povos novamente legitimou — ainda que à revelia — as decisões tomadas no Riocentro, auferindo a toda conferência um estigma de “Festa do Meio Ambiente”.

Bibliografia

- ALTVATER, Elmar. Reestructuring the space of democracy. The effects of capitalist globalization and the ecological crisis on the form and substance of democracy. *Ambiente e Sociedade*. Campinas, ano II, n. 3 e 4, NEPAM/Unicamp, 1º Semestre de 1999.
- ALVES, José Augusto Lindgren. *Relações Internacionais e Temas Sociais: A Década das Conferências*. Brasília, DF: IBRI / FUNAG, 2001.
- AQUINO, Roque Juan Carrasco; CALDERÓN, Hena Andrés. ¿Existen... perspectivas para la sustentabilidad? In: *3º Congreso Internacional por el Desarrollo Sostenible y el Medio Ambiente*, Manizales, Colômbia, 27-29 de agosto de 2008. 2011.
- BAKER, Susan. *Sustainable Development*. London, New York: Routledge — Taylor e Francis Group, 2006.
- BARKIN, David. Superando el paradigma neoliberal: desarrollo popular sustentable. *Cuadernos de Desarrollo Rural*. Bogotá, n. 43, Facultad de Estudios Ambientales y Rurales Pontificia Universidad Javeriana, 2. sem, 1999.
- BARRÈRE, Martine. Fórum Global: O Norte, o Sul e a Opinião Pública. In: CORDELLIER, Serge; LAPAUTRE, Catherine (org.). *O Mundo Hoje / 1993: Anuário Econômico e Geopolítico Mundial*. São Paulo: Ensaio, 1993.
- BECKER, Bertha Koinffman. Eco-92: Primeira avaliação da conferência [Debate]. *Política Externa*. São Paulo, Vol. 1, N.º 2, Paz e Terra, Setembro / Outubro / Novembro, 1992.
- BORN, Rubens Harry. Agenda 21 Brasileira: Instrumento e desafios para a sustentabilidade. In: CAMARGO, Aspásia; CAPOBIANCO, João Paulo R.; OLIVEIRA, José Antonio Puppim de (org.) *Meio Ambiente Brasil: Avanços e Obstáculos pós-Rio-92*. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade; Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- CAMARGO, Aspásia; CAPOBIANCO, João Paulo R.; OLIVEIRA, José Antonio Puppim de (org.). *Meio Ambiente Brasil: Avanços e Obstáculos pós-Rio-92*. 2. ed. [Revisada]. São Paulo: Estação Liberdade; Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- CAVALCANTI, Clóvis. Política de governo para o desenvolvimento sustentável: uma introdução ao tema e a esta obra coletiva. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez Editora / Fundação Joaquim Nabuco, 1997.
- CLEVELAND, Cutlher J.; RUTH, Mathias. Capital humano, capital natural e limites biofísicos no processo econômico. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.) *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez Editora / Fundação Joaquim Nabuco, 1997.
- CORDANI, Umberto Giuseppe; MARCOVITCH, Jacques; SALATI, Enéas. Avaliação das ações brasileiras em direção ao desenvolvimento sustentável após a Rio-92. In: CORDANI, Umberto Giuseppe; MARCOVITCH, Jacques; SALATI, Enéas (org.) *Rio 92 cinco anos depois: Avaliação das ações brasileiras em direção ao desenvolvimento sustentável após a Rio-92 [Participação Brasileira na Rio + 5]*. São Paulo: Academia Brasileira de Ciências / CNPq / Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável / Instituto de Estudos Avançados — USP / Editora Alphagraphics, 1997.
- CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico: A expansão biológica da Europa: 900-1900*. 2.ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- ELLIOTT, Jennifer A. *An Introduction to Sustainable Development*. 3. ed. London, New York: Routledge — Taylor & Francis Group, 2006.
- EIR (EXECUTIVE INTELLIGENCE REVIEW). *A Máfia Verde: O Ambientalismo a serviço do Governo Mundial*. 3. ed. Rio de Janeiro: EIR, 2001.

- FERREIRA, Leila da Costa. O Ambientalismo após a Eco-92. *Ideias*: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, ano 2, n.º 1, Janeiro / Junho de 1995.
- FERREIRA, Leila da Costa. Os ambientalistas brasileiros, os direitos sociais e a natureza. *Temáticas*, Revista da Pós-Graduação em Ciências Sociais do IFCH / UNICAMP. Campinas, SP, Ano 4, N.º 7, Jan / Jun. 1996, pp. 31-68.
- FOSTER, John Bellamy; CLARK, Brett. Imperialismo ecológico: a maldição do capitalismo. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin (ed.) *O Novo Desafio Imperial*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- GOULET, Denis. Desenvolvimento autêntico: fazendo-o sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez Editora / Fundação Joaquim Nabuco, 1997.
- GUIMARÃES, Roberto Pereira. La ética de la sustentabilidad y la formulación de políticas de desarrollo. In: ALIMONDA, Héctor (Comp.). *Ecología Política*. Naturaleza, Sociedad e Utopía. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales — CLACSO, 2003.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL — BRASIL 2010. IBGE (Fundação Instituto Brasileira de Geografia e Estatística) / Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais [e] Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- LACOSTE, Yves. *A Geografia — Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. São Paulo: Papirus, 1988.
- LAGO, André Aranha Corrêa do. *Estocolmo, Rio de Janeiro, Johannesburgo*: O Brasil e as Três Conferências Ambientais das Nações Unidas. Brasília: Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre de Gusmão — FUNAG, 2007.
- LAREDO, Íris Mabel. Globalización — Fragmentación — Regionalización. In: LIMA, Marcos Costa. *O Lugar da América do Sul na Nova Ordem Mundial*. São Paulo: Editora Cortez, 2001.
- LEFF, Enrique. *La Geopolítica de la Biodiversidad y el Desarrollo Sustentable*. Ponencia-Borrador presentada a la IIa Conferencia de CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales). Guadalajara, México, 2001.
- LEFF, Enrique. La Geopolítica de la Biodiversidad y el Desarrollo Sustentable: Economización del mundo, racionalidad ambiental y reapropiación social de la naturaleza. In: CECENÑA, Ana Esther; SADER, Emir. *La guerra infinita — Hegemonía y terror mundial* (p. 191-216). Buenos Aires: CLACSO, 2002.
- LINO, Geraldo Luís; CARRASCO, Lorenzo; COSTA, Nilder; PALACIOS, Silvia. *Máfia Verde 2: Ambientalismo, Novo Colonialismo*. Rio de Janeiro: Capax Dei Editora, 2005.
- MARCUSE, Herbert. *Contra-Revolução e Revolta*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- MARTINS, José Pedro Soares. *A Década Desperdiçada: O Brasil, a Agenda 21 e a Rio + 10*. Campinas, SP: Editora Komedi, 2002.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- NORGAARD, Richard. Valoração ambiental na busca de um futuro sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.) *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez Editora / Fundação Joaquim Nabuco, 1997.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista — O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

- OLIVEIRA, Leandro Dias de. *A Construção do Desenvolvimento Sustentável na Cidade de Volta Redonda: Um Estudo sobre Reestruturação do Território e Ideologia*. 2006. 204 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Instituto de Geociências, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- OLIVEIRA, Leandro Dias de. *A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável: um estudo sobre a Conferência do Rio de Janeiro (Rio-92)*, 2011. 283 p. Tese (Doutorado em Geografia) — Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas — SP, 2011a.
- OLIVEIRA, Leandro Dias de. *A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável na CNUMAD — 1992 (Eco-92): entre o Global e o Local, a Tensão e a Celebração*. *Revista de Geopolítica*, Ponta Grossa — PR, v. 2, n. 1, p. 43 — 56, jan./jun. 2011b.
- PENNA, Carlos Raja Gabaglia. Considerações sobre Desenvolvimento Sustentável. In: FONSECA, Denise Pini Rosalem da; SIQUEIRA, Josafá Carlos da. *Meio Ambiente, Cultura e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Sette Letras / História y Vida, 2002.
- POSEY, Darrel A. Exploração da biodiversidade e do conhecimento indígena na América Latina: desafios à soberania e à velha ordem. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.) *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez Editora / Fundação Joaquim Nabuco, 1997.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos W. Temporalidades amazônicas: uma contribuição à Ecologia Política. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, PR, n.º 17, p.21-31, Editora UFPR, jan./jun. 2008.
- RABELO, Desirée Cipriano. *Comunicação e Mobilização na Agenda 21 Local*. Vitória, ES: EDUFES / FACITEC, 2003.
- RATTNER, Henrique. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. *Política Externa*. São Paulo, vol. 1, n. 2, Paz e Terra, Set. / Out. / Nov., 2002.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. *Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado: Nova Ideologia / Utopia do Desenvolvimento*. In: RIBEIRO, Gustavo Lins; FAUSTO, Carlos; RIBEIRO, Lúcia. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Reprodução: visões da Eco-92*. Série Textos de Pesquisa 2. Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisa / ISER, 1992.
- RIVAS, Alberto I. Glender. *Las Relaciones Internacionales del Desarrollo Sustentable*. In: GLENDER, Alberto; LICHTINGER, Victor (Comps.). *La Diplomacia Ambiental: México y la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo*. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, Fondo de Cultura Económica, 1994.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. Novas práticas e novas matrizes discursivas? In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SANTOS, Milton; SCARLATO, Francisco Capuano; ARROYO, Mônica (org.). *O Novo Mapa do Mundo. Natureza e Sociedade de Hoje: Uma Leitura Geográfica*. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. A questão ambiental e a (re) descoberta do espaço: uma nova relação sociedade/natureza? *Boletim Paulista de Geografia*, n. 73, São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros — São Paulo, 1994, pp. 35-71.
- RUIVO, Mário. Balanço e Perspectivas da Eco-92 — Do Crescimento Zero a um Desenvolvimento Sustentável. In: COTRIM, João Paulo (coord.). *De Planeta nas Mãos: No pós Eco-92*. Lisboa: Colibri, 1993.
- SABBATELLA, Ignacio. Crisis ecológica y subsunción real de la naturaleza al capital. *Íconos, Revista de Ciencias Sociales*. n. 36, Quito, Ecuador: Enero 2010, pp. 69-80.
- SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel C. de Moura; GUIMARÃES, Leandro Belinaso. *Desenvolvimento Sustentável*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- SILVA, Maria Beatriz O. da. *Desenvolvimento Sustentável no Brasil de Lula: Uma abordagem jurídico-ambiental*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

VARELLA, Marcelo Dias. *Proteção Jurídica da Biodiversidade: Recursos genéticos e desenvolvimento*. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil, 1998.

VIOLA, Eduardo. A multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental no Brasil, 1989-1995. In: FERREIRA, Leila da Costa; VIOLA, Eduardo (org.). *Incertezas da sustentabilidade na globalização*. Campinas: Unicamp, 1996.

Sobre o autor

Leandro Dias de Oliveira: geógrafo e mestre em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), campus Seropédica.

* * *

ABSTRACT

From Eco-92 to Rio +20: a brief evaluation of two decades

In 2012, twenty years after the completion of the Eco-92, occurred the United Nations Conference on Sustainable Development (Rio + 20), which brought together 193 diplomatic delegations to discuss in the city of Rio de Janeiro the model of ecologically sustainable development. This article, based on a geopolitical reading of these events, reflects on the construction of this recipe "undisputed" to achieve a global socio-ecological balance, whose scope is the adjustment to the economic interests of nature through strategies for conservation of natural resources located in most of the territories of peripheral countries. In this brief report, it is possible to notice the inconsistencies, limitations and potential for implementation in different scales and different realities.

KEYWORDS: Rio Summit (Earth Summit); geopolitics; sustainable development; environment; Rio + 20.

RESUMEN

De Eco-92 a Rio +20: una breve evaluación de dos décadas

En 2012 se realizó la Conferencia de desarrollo sostenible de Naciones Unidas (Río + 20), que reunió a 193 delegaciones diplomáticas para discutir en la ciudad de Río de Janeiro el modelo de desarrollo ecológicamente sostenible. Este artículo, basado en una lectura de estos encuentros geopolíticos, reflexiona sobre la construcción de esta receta "indiscutible" para lograr un equilibrio ecológico socio-planetario, cuyo ámbito de aplicación es la naturaleza del ajuste a los intereses económicos a través de estrategias para la conservación de recursos naturales que se encuentran en la mayoría de los territorios de los países periféricos. En esta breve reflexión, es posible comprender las incongruencias, los límites y las posibilidades de su aplicación en distintas escalas y realidades diferentes.

PALABRAS CLAVE: Río-92 (Eco-92); geopolítica; desarrollo sostenible; medio ambiente; Rio + 20.

 **BCG:** <http://agbcampinas.com.br/bcg>

Artigo recebido em dezembro de 2012. Aprovado em fevereiro de 2013.